

Rosimar de Oliveira Silva

Vigilância Socioassistencial

REUNIÃO DE REDE:

TECENDO REDES E FORTALECENDO O SUAS

OUTUBRO DE 2019

SÃO MATEUS - ES

REUNIÃO DE REDE:

TECENDO REDES E FORTALECENDO O SUAS

1 - Apresentação:

De acordo com o IBGE 2010 o Município DE São Mateus possui uma população de 109.028 habitantes, com uma estimativa para 2019 de 130.611 habitantes. A maioria da população está concentrada na zona Urbana 77%, sendo 23% concentrada na zona rural.

De acordo com o RI (SAGI) no Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em agosto de 2019 era de 20.337, sendo beneficiárias do Programa Bolsa Família 6.542 famílias.

Para o atendimento do público da Assistência Social, o Município de São Mateus possui enquanto estrutura, 5 equipamentos de Proteção Social Básica (5 CRAS), que são distribuídos em territórios de vulnerabilidade e risco Social. Além de uma base de apoio para atendimento na zona Rural e um equipamento de proteção social especial (CREAS) na parte central da cidade e três equipamentos de Proteção especial de alta complexidade.

A combinação desta extensão territorial e o grande quantitativo de pessoas que devem ser assistidas pela Política de Assistência local, desafia a gestão em pensar estratégias que proporcione o máximo de alcance para o público objetivo desta política, através do acesso aos benefícios e serviços ofertados pela mesma.

2 - Justificativa:

A Vigilância Socioassistencial é uma função da política de Assistência Social, juntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos estabelecida pela Norma Operacional Básica do SUAS (Art.1º - NOB SUAS), neste sentido ela possui enquanto missão, subsidiar a Política de assistência social por meio de diagnósticos que deem a visão da totalidade, das necessidades de proteção de assistência Social. Ou seja, Detectar os eventos, vulnerabilidades e riscos do território lançando mão de estratégias e caminhos de prevenção e inclusão das famílias.

Como o Município de São Mateus possui uma extensão territorial bem expressiva e a concentração populacional nestes territórios onde estão localizados os CRAS também são bem extensas, fez-se necessário estratégias de aproximação da rede local como saúde e educação no sentido de fortalecer os equipamentos da Assistência Social dentro dos territórios.

Com a implementação da Vigilância Socioassistencial no Município e considerando este contexto, duas demandas se mostravam latentes: a necessidade de se fortalecer e tornar mais efetiva a relação dos equipamentos da Assistência (CRAS e CREAS) dentro dos territórios e a necessidade da Vigilância Socioassistencial "colocar os pés no chão dos territórios" conhecidos a princípio a partir de dados por ela pesquisados.

Neste sentido poderíamos alcançar a construção e o fortalecimento do papel da vigilância dentro dos Serviços da Proteção Social de maneira mais clara, entendendo e articulando suas ações.

3 - Objetivos

- Fortalecer as ações da vigilância Socioassistencial;
- Fomentar o fortalecimento da rede delegando ao CRAS o principal agente no papel de articulador das políticas setoriais dentro dos territórios.

4 – Metodologia

A vigilância atuou neste sentido atuou por fases:

O primeiro momento se deu através da Coleta e tabulação de dados dos sistemas: BPC na escola, BPC, RMA, SISC, SIBEC, RI, SAGI, além da coleta de dados dos atendimentos realizados nos equipamentos, além do levantamento da rede de atendimento local setorial (saúde, educação, pontos de cultura e ONG's). Tais levantamentos tiveram como objetivo medir o nível de proteção e desproteção dos territórios.

Nesta fase as primeiras ações vieram através da construção de um mapa que continha o levantamento das potencialidades e vulnerabilidades locais sinalizando assim as áreas mais vulneráveis e que necessitariam de uma atenção mais intensiva por parte dos equipamentos. Após a confecção do MAPA os seus resultados eram discutidos nestas reuniões;

Dessa maneira, foram promovidos diálogos com os técnicos e coordenações dos Serviços em que o tema central era o conceito de território e a importância de se sistematizar o olhar sobre ele.

A segunda fase se deu através da apresentação da Política de Assistência Social e de maneira mais pormenorizada dos CRAS e do CREAS dentro de cada território, mas também ouvindo os equipamentos da rede inseridas nestes.

Na terceira realizou-se reuniões em que se discutiu com os usuários e as instituições que integram a rede local além da concepção, mas como eles percebiam o território vivenciado por eles. Participaram deste processo, ONG's, Conselhos; Igrejas, Associação de moradores, Associação de povos tradicionais; Unidades de saúdes, Escolas, Creches, usuários da Política de Assistência e os equipamentos das políticas de Assistência Social;

Pensou-se enquanto método participação mais ativa por parte dos participantes, dispensando o uso de recurso como Datashow, uma vez que o resultado do processo planejado se daria apenas com a interação entre os convidados.

Assim, foram realizadas rodas de conversas direcionadas através de três questões centrais:

- **Se eu fosse um pássaro e pudesse sobrevoar o meu território, o que eu veria?**
- **Quando alguém fala do meu território, o que mais eu escuto falar?**
- **Se meu território pudesse ser contratado para um investimento e eu fosse responsável por fazer o seu currículo quais as potencialidades eu apontaria?**

Após a apresentação da proposta, as respostas eram descritas em cartazes e apresentadas para os participantes envolvidos. Promovendo diálogos e ao mesmo tempo diagnósticos dos territórios a partir da perspectiva de quem o vivencia, oportunizando aos mesmos garantir o seu lugar de fala.

5 - Resultados alcançados

Com a implantação da vigilância Socioassistencial, viu-se a necessidade de conhecer os territórios para além daquele concebido através das pesquisas e levantamento de dados, mas a partir da concepção de que o território se constitui através das vivências que ele e seus atores reescrevem.

As reuniões de rede já ocorreram em três edições, garantido no mesmo espaço discussão técnica, política e cidadã. O envolvimento dos participantes foi o ponto chave para a efetivação deste processo, o interessante foi perceber a diversidade de olhares que se tem em relação aos territórios e a sua autopercepção.

Nesta participação contamos com o envolvimento de todos da seguinte maneira: Os conselhos com a articulação das ONG's nos territórios e depois uma reunião apenas com as ONG's locais para discutir o fluxo e a articulação entre a política de assistência e a ONG's dentro dos territórios;

Para os CRAS é imensurável a oportunidade de termos e vivenciarmos o território a partir do olhar de quem o constrói. Assim passamos a tê-lo ainda mais enquanto um instrumento dinâmico e vivo que assim como nós se faz e se refaz no seu cotidiano, o que nos impulsiona a fazer o mesmo, até mesmo na forma de saber trabalhar para e com ele. Foram momentos de descoberta do CRAS e dos seus participantes que se sentiram à vontade em colocar suas alegrias e angustias vivenciadas no dia a dia e na constituição do território.

6 - Referências Bibliográficas: listar os autores, legislações e/ou documentos oficiais citados no texto.

KOGA, Dirce. O território para além das medidas e conceitos – A efetivação na Política de Assistência Social. In Cidades e Questões Sociais/organizado por Dirce Koga, Eliane Ganey, Eunice Fávero; Colaboração de Maria Carmelita Yazbek. São Paulo: Terracota, 2009. P. 41 – 51.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Capacita SUAS. Brasília. Acessível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntasfrequentes/assistencia-social/programa-nacional-de-capacitacao-do-sistema-unico-daassistencia-social/capacitasuas>

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Norma Operacional Básica NOB – SUAS. Brasília, 2012. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Acessível em <http://www.mds.gov.br>

7 - Registro fotográfico:



FOTO 1 - Mapa Territorial

